

## “Um Abraço ao Externato de Penafirme”

Discurso do Director Pedagógico

30/11/2010

O Externato de Penafirme, como muitas outras escolas do nosso país, sempre esteve e quer continuar a estar ao serviço de todos: pobres, remediados e ricos. Somos e queremos ser um Serviço Público de Educação.

A qualidade da nossa prestação é testemunhada pelos já muitos milhares de alunos e, particularmente, por todos vós que hoje aqui estais connosco, neste simbólico abraço.

Muitos e de variadas formas, se têm manifestado. Até o serviço da avioneta para nos fotografar a todos, nos foi gentilmente oferecido. Agradecemos tanta amizade.

Unimos assim a nossa voz à de tantas outras escolas que, pelo país fora, estão a ser alvo da perseguição legislativa do governo. São 93 em Contrato de Associação e 400 em Contrato Simples.

Temos qualidade educativa comprovada e ficamos mais barato ao Estado. A comparação dos montantes publicados pela OCDE e do recebido do Estado, no âmbito do Contrato de Associação não deixa margens para dúvida. A escolarização anual de cada um dos nossos alunos fica, actualmente, 1.000,00 € (mil euros) mais barata do que em escola do Estado.

Posso acrescentar que é bem maior se a OCDE não tiver considerado verbas que não se contabilizam na escola pública e são encargos da escola privada, avultam os encargos da Entidade com a Segurança Social.

O dinheiro que temos recebido corresponde ao pagamento de prestação de serviço de qualidade, ninguém duvide. E todo o dinheiro reverteu a favor da própria comunidade. Porque é o serviço da qualidade da educação dos nossos alunos que sempre nos animou. Não trabalhamos pelo lucro, mas pelo Projecto Educativo que propomos à nossa Comunidade Educativa.

O Ministério da Educação manda-nos dar prioridade, na admissão, aos alunos com Necessidades Educativas Especiais. (Temos actualmente 146; 36 dos quais com grandes limitações). E nunca se mostrou disponível para atender as nossas reclamações para podermos responder às necessidades educativas destes alunos, em paridade com o que lhes é oferecido, nas escolas estatais.

Presenteiam-nos agora o Ministério da Educação com medidas legislativas já publicamente reprovadas pelo Sr. Presidente da República; pela Conferência Episcopal Portuguesa e classificadas de “*imorais*” pelo Prof. Joaquim Azevedo, no seu artigo do Público da passada sexta-feira.

Nomes como Guilherme Oliveira Martins, Eduardo Marçal Grilo, Roberto Carneiro, todos eles ex-ministros da Educação, avultam como defensores duma verdadeira “liberdade de aprender e ensinar” pelas razões óbvias de se atingir qualidade com menor custo, possibilitando maior opção educativa às famílias.

Os inimigos da liberdade, da liberdade de aprender e ensinar advogam para o Estado o monopólio da educação, como o fizeram antigas ditaduras de triste memória.

Ao contrário, queremos que o Estado exerça bem a Regulação, o Financiamento e a Fiscalização, possibilitando pluralidade de Projectos Educativos. É esta a marcha da História ... como se comprova pelo que está a acontecer, por exemplo, nos Estados Unidos, na Inglaterra, etc.

Não podemos permitir voltar atrás do que tem sido prática ao longo destes mais de trinta anos ... Seria inverter a marcha inexorável da História.

É necessário um alargado debate público não apenas para aclarar o financiamento das escolas privadas como pretendem os inimigos da liberdade, mas alargado ... à “liberdade de aprender e ensinar” - direito fundamental da pessoa e das famílias, consagrado na nossa Constituição.

Aos senhores jornalistas, aqui presentes, ao mesmo tempo que agradeço o vosso interesse por esta causa, deixo o desafio para a concretização deste urgente debate.

O Fórum para a Liberdade da Educação, a AEEP cujo presidente nos honra com a sua presença, são entidades, entre outras, necessárias neste debate.

Quanto ao dinheiro, estejamos entendidos: com contas transparentes da parte do Ministério e da nossa, só queremos receber o necessário e justo.

Quanto à legislação é necessário estancar esta arbitrariedade dum Decreto-Lei preparado secretamente e surgido inesperadamente. Ele é uma longa listagem de revogações que põem em causa a estabilidade e a segurança de qualquer escola. Os nossos alunos e famílias não podem viver na incerteza do Contrato anual. Os nossos docentes e funcionários têm direitos adquiridos pela sua boa prestação que não podemos ignorar.

**Não queremos favores**

**Mas queremos ser respeitados, na nossa dignidade.**

A todos os presentes e participantes neste gesto de Manifestação de Indignação para com as medidas legislativas aprovadas no Conselho de Ministros do passado dia quatro, o nosso muito obrigado e faço-o em nome do Externato.

Agradeço especialmente ao Conselho Consultivo do Meio a sua iniciativa e às Direcções da Associação de Estudantes e de Pais a sua realização.

Muito obrigado pela vossa atenção.